



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

CHAMADA PÚBLICA 015/FHMC/2019
CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS
PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE LAUDOS DE RAIOS-X

PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: 22/10/2019 à 31/12/2019

HORÁRIO: 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

LOCAL: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Canelinha, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683 – Centro – Canelinha - SC.

1. DO PROCESSO

1.1 A Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.286.254/0001-10, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de chamada pública para o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE LAUDOS DE RAIOS-X**, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, segundo as condições estabelecidas neste Edital, nos seus anexos e na minuta de contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

2. DO OBJETO

Este procedimento tem por objeto credenciar pessoas jurídicas prestadoras de serviços de laudos online de imagens radiológicas e responsabilidade técnica, visando atender os habitantes do Município de Canelinha, de acordo especificações constantes do Termo de Referência e demais Anexos constantes deste Edital.

3. DA APRESENTAÇÃO

Os interessados deverão apresentar a documentação exigida no **Item 8**, nas datas estabelecidas no item seguinte (**4**), no horário das 08:00 as 12:00 horas e das 14:00 as 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, na sede da Prefeitura do Município de Canelinha, Diretoria de Compras e Licitação, Comissão Permanente de Licitação, situada à Avenida Cantório Florentino da Silva, nº. 1.683, Centro, nesta cidade, em envelope fechado, de forma a não permitir sua violação, cuja parte externa deverá constar a seguinte descrição:

DE: (nome completo da empresa) – Fone/fax: _____
PARA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 015/FHMC/2019
CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE
SERVIÇOS DE LAUDOS DE RAIOS-X

4. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

4.1. Os envelopes serão recebidos em **período aberto**, até completar-se o número de vagas disponíveis ou acrescidas na forma da lei, seja por acréscimo de serviços, por necessidade de substituição ou de reposição, sendo a contratação realizada em obediência à estrita ordem de classificação, conforme disposições deste edital.

4.2. Os envelopes serão recebidos a partir da publicação deste Edital, até o encerramento do credenciamento que se dará no dia 31/12/2019, no endereço supracitado ou pelo correio, sendo que



o custo e o risco da postagem e a inviolabilidade do envelope será de inteira responsabilidade do participante.

5. CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DO CONTRATO

5.1 Apresentar a documentação exigida neste Edital;

5.2 A empresa licitante deverá informar pelo menos 01 (um) número de telefone e 01 (um) e-mail para contato, sem prejuízo de outras formas de comunicação;

5.3 Fornecer os resultados dos exames no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para os serviços de urgência e emergência e até 72 (setenta e duas) horas para os exames denominados eletivos.

6. DAS OBRIGAÇÕES NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Não poderá haver qualquer distinção entre o atendimento destinado aos exames encaminhadas pela Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha e os demais pacientes atendidos pelo prestador;

6.2 Os prestadores não poderão transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato, salvo autorização, por escrito, do Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, sob pena de rescisão do contrato;

6.3 Os procedimentos subcontratados, e devidamente autorizados pela Administração Pública, consoante mencionado no item acima, serão de total responsabilidade técnica, financeira, de atendimento e logística da proponente, não acarretando nenhuma responsabilidade, dano ou prejuízo ao Município de Canelinha – Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha e ao paciente;

6.4 Os prestadores receberão pelos serviços prestados exclusivamente os valores propostos. Eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização cível e criminal;

6.5 Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município de Canelinha;

6.6 Os prestadores deverão manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento;

6.7 Repetir a realização de laudos sem nova cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver diagnóstico duvidoso pelos médicos da rede de saúde do Município de Canelinha;

6.8 Todos os prestadores contratados ficarão sujeitos à auditoria do Município de Canelinha – Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, durante a vigência do contrato;

6.9 O Município de Canelinha se reserva no direito de suspender preventivamente o prestador credenciado pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para investigar eventuais indícios de irregularidades no serviço público prestado, estas que estejam em desacordo com as normas deste Edital, bem como aos princípios e normas do SUS, inclusive em relação ao bom



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA**

atendimento ao público, o que deverá ser realizado mediante procedimento próprio pelo Sra. Diretora Administrativa da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, devendo assegurar o contraditório e a ampla defesa.

6.10 O encaminhamento dos exames será feito pela Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A habilitação ocorrerá após apreciação da proposta bem como dos documentos enumerados no item 8.

7.2. A proposta acompanhada dos documentos relacionados no item 8 deverá ser entregue no endereço e no horário constante no item 3.

8. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

O interessado deverá apresentar cópias autenticadas ou as cópias acompanhadas do original, dos seguintes documentos:

- a) Contrato social e respectivas alterações, ou estatuto acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;
- b) Cartão do CNPJ;

8.1. DA PROPOSTA

8.1.1 Proposta de interesse em se credenciar (contendo o item e valor);

8.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.2.1 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante certidão conjunta expedida pela Secretaria da receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, no âmbito de suas competências, pela apresentação da respectiva Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (Decreto nº 5.586, de 19/11/2005);

8.2.2 Prova de regularidade de Débito junto ao Estado;

8.2.3 Prova de regularidade de Débito junto ao Município sede;

8.2.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade de Situação – CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990;

8.2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei 12.440/2011;

8.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

8.3.1 Certidões nos modelos “Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial” e “Cível” (Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 01/04/2019), expedidas pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA**

expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da Certidão o prazo de validade da mesma;

8.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA

8.4.1 Certificado de Inscrição no Conselho Regional de Medicina;

8.4.2 Certificado de registro na Anvisa do software de transmissão de imagens e laudos em nome da empresa contratada (Caso o software não esteja em nome da empresa, a mesma deverá apresentar documento que comprove vínculo ou autorização de uso do mesmo);

8.4.3 Apresentar no mínimo, 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente Chamada – Atestado de Capacidade Técnica;

8.5 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROFISSIONAL

Para efeitos de responsabilidade técnica e elaboração dos laudos radiológicos a empresa contratada deverá apresentar também as seguintes documentações do(s) médico(s) radiologista(s):

8.5.1 Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica do prestador, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional, quando for o caso (Anexo III);

8.5.2 Diploma de Medicina reconhecido pelo MEC;

8.5.3 Certificado de inscrição como radiologista no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina;

8.5.4 Título de especialização em radiologia;

8.5.5 O profissional deverá fazer parte do quadro da proponente na data prevista para entrega da proposta, sendo que a comprovação do vínculo com o profissional se dará da seguinte forma:

- a) se empregado: através de cópia do registro na Carteira de Trabalho;
- b) se prestador de serviços: através de Contrato de prestação de serviço;
- c) se sócio da empresa: através de cópia do contrato social registrado na junta comercial;

8.6 OUTROS DOCUMENTOS

8.6.1 Alvará da Vigilância Sanitária competente;

8.6.2 Alvará de funcionamento expedido pelo município sede e/ou certidão de funcionamento;

8.6.3 Declaração de que a contratada se responsabiliza pela segurança dos dados transmitidos sendo de sua total responsabilidade a perda ou extravio de dados ou imagens dos pacientes durante o processo de envio de imagem e laudos, assumindo assim total responsabilidade civil e criminal perante seus atos falhos e responsável por possíveis danos morais ou financeiros causados a contratada (Anexo II);



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA**

8.6.3 Declaração assinada por quem de direito, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos (Anexo IV)

8.6.4 Declaração da licitante, comprometendo-se a informar a qualquer tempo, sob as penalidades cabíveis, a existência de fatos supervenientes impeditivos de contratação e habilitação com a administração pública (Anexo V).

8.6.5 Declaração que conhece o edital e está de acordo com todas as condições nele previstas. (Anexo VI)

9. JULGAMENTO

9.1. Os documentos relativos à habilitação e a proposta serão analisados em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, sendo o resultado publicado no site do Município de Canelinha.

9.2. Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas.

9.3. Será inabilitada a empresa participante que não atender as exigências deste edital.

10. CREDENCIAMENTO

Serão credenciadas todas as empresas que comprovarem a habilitação exigida neste edital.

11. PUBLICAÇÃO

11.1. Será publicada periodicamente a relação dos credenciados e descredenciados.

11.2. As publicações serão feitas pelos seguintes meios:

11.2.1. Painel de Publicações da Prefeitura do Município de Canelinha;

11.2.2. Página da Internet da Prefeitura (www.canelinha.sc.gov.br).

12. DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA

12.1. A formalização do credenciamento se dará através de contrato específico.

12.2. A Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, convocará as empresas credenciadas para assinatura do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, conforme Minuta de Contrato (Anexo III);

12.3. Para assinatura do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, as empresas terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação, permitindo-se a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

12.4. Os contratos a serem firmados terão vigência até o dia 31 de dezembro de 2020, limitado à vigência do crédito orçamentário anual;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA**

12.5. Os contratos poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses, caso haja interesse da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, com anuência da credenciada, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste edital correrão a contas das dotações orçamentárias da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, abaixo especificada:

09.01. 10.302.0025 2.023.3.3.90.39.50.00 (04)

14. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em conta corrente a ser informada pela empresa credenciada ou mediante cheque nominal na tesouraria do Município, sempre no mês subsequente ao da prestação dos serviços ou da entrega da nota fiscal, até 30 dias após emissão da nota fiscal;

14.2. A empresa credenciada deverá apresentar logo após o último dia útil do mês da prestação dos serviços:

14.2.1. Relação dos exames/laudos solicitados pela Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha;

14.2.2. Nota Fiscal de Serviços.

14.4. Sobre o valor do crédito pago e previsto serão retidas:

14.4.1. Contribuição social para Seguridade Social do RGPS/INSS de 11% (onze por cento) do valor bruto;

14.4.2. ISS – imposto sobre serviço de acordo com a tabela prevista na legislação municipal.

15. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

15.1. Os preços contratados não sofrerão reajuste.

16. RESCISÃO DO CONTRATO

16.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento administrativo;

16.2. Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couberem, as hipóteses previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93;

16.3. A rescisão contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas no artigo 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações;



17. DOS RECURSOS, DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES.

17.1. Recursos:

17.1.1. Das decisões proferidas pela Administração do Município de Canelinha, através do Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações caberão recursos nos termos do art. 109 da Lei nº. 8.666/93 e alterações;

17.1.2. O recurso deverá ser interposto mediante petição datilografada ou impressa através de processamento eletrônico de dados, devidamente arrazoada e subscrita pelo recorrente, obedecendo aos prazos previstos na Lei de Licitações;

17.1.3. O recurso deverá ser entregue no setor de protocolo da sede da Prefeitura do Município de Canelinha, situada à Avenida Cantório Florentino da Silva, nº. 1.683 e endereçado a esta.

17.2. Penalidades:

17.2.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços, por parte da empresa credenciada, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do mensal do contrato, para cada notificação expressamente formalizada, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei;

17.2.2. A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente 3 (três) vezes, sendo que a próxima notificação ensejará a obrigatória rescisão contratual e aplicação das demais sanções legais previstas;

17.2.3. As empresas credenciadas ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, nos casos não previstos neste edital.

17.3. Descredenciamento:

Ocorrerá o descredenciamento quando:

17.3.1. Por algum motivo a empresa credenciada deixar de atender as condições estabelecidas neste Edital e no contrato administrativo de prestação de serviços;

17.3.2. Na recusa injustificada da empresa credenciada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, implicando em seu imediato descredenciamento e na imediata suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de 03 (três) meses;

17.3.3. A Administração Municipal fica assegurada o direito de no interesse do Município, revogar ou anular o presente processo de credenciamento, sem que caibam aos licitantes quaisquer direitos a reclamações ou indenizações;

17.3.4. Por qualquer motivo o contrato entre a credenciada e a Administração municipal for rescindido.



17.4. Sanções:

Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado a Administração Municipal, através da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste edital juntamente com as seguintes sanções:

17.4.1. Advertência;

17.4.2. Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

17.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir à Administração os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. São partes integrantes do presente Edital:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Declaração de responsabilidade dos Dados
Anexo III	Relação dos Profissionais
Anexo IV	Declaração de não emprego a Menor de Idade
Anexo V	Declaração de inexistência de fatos impeditivos de habilitação e contratação
Anexo VI	Declaração que conhece e aceita o inteiro teor do edital
Anexo VII	Mínuta do Contrato

18.2. Caso algum órgão expedidor de documento exigido neste edital se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de: cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor.

18.3. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

18.4. A Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações do Município de Canelinha, na forma do disposto no § 3º do art. 43, da Lei nº. 8.666/93 e alterações reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação.

18.5. Quaisquer dúvidas sobre o presente edital deverá ser objeto de consulta à Diretoria de Compras e Licitação, Comissão Permanente de Licitação do Município de Canelinha.

18.6. A Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha poderá revogar o presente edital no todo ou em parte, por conveniência e interesse público ou por fato superveniente, devidamente justificado.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA**

18.7. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos ao presente credenciamento.

Canelinha, 21 de outubro de 2019.

Vanderléia Rosa
Diretora Administrativa



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Este procedimento tem por objeto credenciar pessoas jurídicas prestadoras de serviços de laudos online de imagens radiológicas e responsabilidade técnica, visando atender os habitantes do Município de Canelinha, de acordo especificações constantes do Termo de Referência e demais Anexos constantes deste Edital.

2. DA SELEÇÃO

Serão selecionados os prestadores que atenderem a todas as exigências previstas no Edital.

3. DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Será ofertado anualmente exames de raios-x. A realização dos exames e produção das imagens, assim como seus custos de mão de obra e insumos serão de responsabilidade da contratante. Para isso, a mesma faz uso de um aparelho *Shimatsu* que produz as imagens radiológicas em formato digital, ficando para a contratada as seguintes obrigações:

3.1 A contrata deverá fornecer software devidamente homologado na Anvisa para transmissão de imagens e laudos radiológicos;

23.2 Fornecer distribuição de imagens digitais em sistema Pacs em no mínimo 03 (três) pontos dentro do setor hospitalar onde encontra-se instalado o raios-x;

3.3 O armazenamento em nuvem das imagens e laudos realizados por período mínimo de 12 meses e no término do contrato entregar as imagens e laudos em DVD, HD ou servidor local;

3.4 O sistema de laudos devem ser compatíveis com o sistema de cadastro do Sistema Único de Saúde E-sus;

3.5 Os exames de urgência e emergência deverão ter tempo de resposta máxima de 24 (vinte e quatro) horas e os exames denominados eletivos em 72 (setenta e duas) horas;

3.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade técnica do setor radiológico da unidade hospitalar onde se encontra o raios-x em questão, através de medico radiologista.

4. DO VALOR

Item	Descrição	Valor Unitário R\$
1	Laudos de raios-x online	14,79

5. FATURAMENTO

3.1 O contratado deverá emitir relatório de produção mensal, que deverá ser protocolizado junto a Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, juntamente com as requisições dos laudos.



6. DO PAGAMENTO

O pagamento será feito pela Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, em até 30 dias, após a data da apresentação da Nota Fiscal/Cupom Fiscal.

Canelinha, 21 de outubro de 2019.

Vanderléia Rosa
Diretora Administrativa



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS DADOS

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede na, inscrita no CNPJ nº....., por meio de seu sócio-gerente ou representante legal abaixo firmado, vem declarar que, Declaração de que a contratada se responsabiliza pela segurança dos dados transmitidos sendo de sua total responsabilidade a perda ou extravio de dados ou imagens dos pacientes durante o processo de envio de imagem e laudos, assumindo assim total responsabilidade civil e criminal perante seus atos falhos e responsável por possíveis danos morais ou financeiros causados a contratada.

Cidade/SC, _____ de _____ de 2019.

Nome do representante legal
CPF do representante legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

ANEXO III

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM EQUIPE TÉCNICA

Nome do Profissional	CPF	Cargo	Função	Carga Horária Semanal	Número do Conselho Profissional

Cidade/SC, _____ de _____ de 2019.

Nome do representante legal
CPF do representante legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(nome da empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
(Assinalar com um "X", em caso afirmativo, o campo anterior)

Cidade/SC, _____ de _____ de 2019.

Nome do representante legal
CPF do representante legal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA**

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, inscrita no CNPJ ou CIC
sob o n° _____ sediada
no(a) _____
____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Cidade/SC, _____ de _____ de 2019.

Nome do representante legal
CPF do representante legal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA**

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, inscrita no CNPJ ou CIC
sob o n° _____ sediada
no(a) _____ (endereço
completo), declara, sob as penas da lei, que conhece o edital e está de acordo com todas as
condições nele previstas.

Cidade/SC, _____ de _____ de 2019.

Nome do representante legal
CPF do representante legal



ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº. 000/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

A **Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.286.254/0001-10, neste ato representada pela Diretora Administrativa, **Vanderléia Rosa**, em sequência designada simplesmente **CRENCIANTE** e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o número ____./000_-, estabelecida na ____, que apresentou os documentos exigidos por Lei, neste ato representado por _____, portador da Carteira de Identidade número _____, inscrito no CPF sob o número _____, daqui por diante designada simplesmente **CRENCIADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram, por força deste instrumento e de conformidade com o disposto na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e com o Processo citado linhas atrás, o presente Contrato de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAUDOS DE RAIOS-X**, em regime de execução indireta, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

II – DO PROCEDIMENTO

Cláusula 1ª. As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato Administrativo de credenciamento para a prestação de serviços de laudos de raios-x, após a homologação do processo e mediante o edital de Chamada Pública 015/FHMC/2019, fundamentado na Lei Federal nº. 8.666/93, 21 de junho de 1993 e suas alterações, nos termos da legislação vigente aplicável à matéria, assim como, pelas condições do Edital e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

III – DO OBJETO

Cláusula 2ª. O presente contrato tem por objeto credenciar pessoas jurídicas prestadoras de serviços de laudos online de imagens radiológicas e responsabilidade técnica, visando atender os habitantes do Município de Canelinha, de acordo especificações constantes do Termo de Referência e demais Anexos constantes deste Edital.

Parágrafo Único. As solicitações dos serviços serão feitas através de requisições específicas, devendo ser aceito apenas pedidos feitos pelos médicos do **CRENCIANTE e suas unidades gestoras**, ficando a critério do próprio paciente a escolha da **CRENCIADA**.

IV – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula 3ª. A **CRENCIADA** compromete-se a cumprir todos os prazos estabelecidos de entrega de resultados, dando prioridade a execução e liberação dos laudos nos casos de urgência/emergência.

Cláusula 4ª. Para execução dos serviços, a **CRENCIADA**, se responsabilizará pelas condições



técnicas, utilizando material de qualidade e demais métodos compatíveis com os padrões de qualidade.

Cláusula 5ª. A **CREENCIADA** deverá cumprir os requisitos estabelecidos no Termo de Referência para a correta execução dos serviços.

V – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

Cláusula 6ª. O **CREENCIANTE** deverá:

- a) Efetuar o pagamento à **CREENCIADA** de acordo com o estabelecido neste contrato;
- b) Fornecer à **CREENCIADA** todos os dados e informações que se façam necessárias ao bom desempenho dos serviços ora contratados;

VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

Cláusula 7ª. Constituem obrigações da **CREENCIADA**:

- a) Prestar os serviços elencados na cláusula segunda, através de seu quadro técnico-profissional, com todo zelo, diligência e sigilo;
- b) Manter o padrão técnico que lhe tenha sido atribuído pelos órgãos oficiais de saúde, bem como cumprir as legislações federais, estaduais e municipais inerentes à atividade, resguardando os interesses do **CREENCIANTE** e suas **Unidades Gestoras**, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais, sujeitando-se, ainda às normas do Código de Ética Profissional;
- c) Fornecer a **CREENCIANTE** todas as informações relativas ao andamento dos serviços contratados;
- d) Emitir no final de cada mês a nota fiscal correspondente aos exames realizados;

Cláusula 8ª. A **CREENCIADA** fica responsável por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas à execução dos serviços.

Cláusula 9ª. A **CREENCIADA** responsabilizar-se-á por todos os danos causados ao **CREENCIANTE** e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

Cláusula 10ª. A **CREENCIADA** deverá reparar, corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que verifique vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

Cláusula 11ª. A **CREENCIADA** deverá comunicar ao **CREENCIANTE** qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula 12ª. Caso o **CREENCIANTE** solicite a prestação de serviços extras, além daqueles indicados na cláusula segunda, constantes do anexo I, ficará responsável pelo pagamento dos respectivos serviços.

Cláusula 13ª. Qualquer concessão por parte do **CREENCIANTE** ou atuação suplementar por parte da **CREENCIADA** será considerada mera liberalidade, não tendo o condão de acarretar direito ou qualquer modificação do aqui pactuado.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA**

Cláusula 14ª. Os membros do Corpo técnico da **CREENCIADA** serão solidários e corresponsáveis pela prestação dos serviços previstos neste contrato.

Cláusula 15ª. A **CREENCIADA** deverá apresentar mensalmente Relatório com as guias de requisição, devidamente autorizadas, com nome do paciente, laudos realizados e respectivos valores e deixar a disposição para conferência na Unidade Gestora respectiva que autorizou.

VII – DO PREÇO

Cláusula 16ª. Pela prestação dos serviços na execução do objeto ora contratado, o **CREENCIANTE** pagará a **CREENCIADA** os valores correspondentes na tabela de preços de exames e consultas do anexo I do edital de chamada de pública nº 015/FHMC/2019.

VIII – DO REAJUSTE

Cláusula 17ª. Os preços dos serviços a serem executados de acordo com os valores estabelecidos anexo I do edital de chamada de pública nº 015/FHMC/2019, não serão reajustados.

IX – DO PAGAMENTO

Cláusula 18ª. A **CREENCIADA** deverá apresentar nota fiscal, referente aos serviços prestados no respectivo mês, conjuntamente com as requisições médicas, tendo O **CREENCIANTE**, o prazo de 30 dias, para a sua conferência, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Cláusula 19ª. Somente após o cumprimento da cláusula anterior será autorizado o pagamento a **CREENCIADA**, que será efetuado através de depósito bancário, em conta corrente a ser informada pela empresa credenciada ou mediante cheque nominal na tesouraria do Município, sempre no mês subsequente ao da prestação dos serviços ou da entrega da nota fiscal, até o 30 dia.

Cláusula 20ª. Na eventualidade da aplicação da multa prevista na Cláusula 37ª, está deverá ser liquidada simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

Cláusula 21ª. Caso a multa não seja recolhida, conforme previsto na cláusula anterior, esta será descontada do pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

Cláusula 22ª. No caso de irregularidade na emissão dos documentos por parte da **CREENCIADA**, tal como nota fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir de sua apresentação, desde que devidamente regularizada.

Cláusula 23ª. A Nota Fiscal deverá ser protocolada em 02 (duas) vias, na Administração do **CREENCIANTE**, conforme art. 31 da Lei 8.212/91, com redação dada pela Lei 9.711/98, regulamentada pela ordem de Serviço do INSS/DAF nº209/99, e demais determinações do INSS referentes à retenção de 11% (onze) por cento do valor bruto da Nota Fiscal, a título de indenização compensável das contribuições previdenciárias devidas pela **CREENCIADA**, bem como, a retenção referente ao ISS – imposto sobre serviço, que deverá ser retido na fonte.

X – DO PRAZO

Cláusula 24ª. O presente Contrato terá vigência até dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser



prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o máximo de 60 (sessenta) meses, caso haja interesse da gestão, com anuência da **CREENCIADA**, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93, através de termo aditivo.

XI – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 25ª. O presente instrumento não gera qualquer tipo de vínculo trabalhista, entre os funcionários das partes contratantes com a outra parte, arcando cada qual com o pagamento de todos os tributos e encargos, decorrentes deste instrumento, que sejam de sua responsabilidade, quer sejam trabalhista, previdenciários, securitários, tributários, fiscais ou para fiscais, inclusive e em especial de seus empregados/prepostos que trabalharão para a realização do objeto deste contrato, e, especialmente aqueles denominados como FGTS, INSS, PIS, SEGURO.

Cláusula 26ª. A **CREENCIADA** fica proibida de ceder ou transferir para terceiros a realização dos laudos de raios-x constantes na tabela de Procedimentos SUS, porém, caso a credenciada não disponha de estrutura própria para a realização de laudos mais complexos, poderá subcontratar outra clínica para fazê-lo. Porém, fica proibido realizar a associação com outrem, cessão, fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do **CREENCIANTE**, em qualquer hipótese, a **CREENCIADA** continuará responsável perante o **CREENCIANTE** por todos os atos e obrigação inerentes ao contrato.

Cláusula 27ª. As partes se comprometem a manter a confidencialidade de todos os documentos envolvidos nesta prestação de serviços, de forma a proteger informações privilegiadas dos pacientes do **CREENCIANTE**, com exceção daqueles que por força de lei são considerados públicos.

Cláusula 28ª. O **CREENCIANTE** reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste contrato, podendo rescindi-los, nos termos do art. 78, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Cláusula 29ª. Qualquer outro imposto, taxa ou contribuição, existente ou que venha a existir, onerando o custo do objeto deste contrato, deverá ser revisto pelas partes, ficando responsável pelo recolhimento de tais encargos, ressarcimento ou indenização aquele que efetivamente for determinado, pela legislação ou por acordo entre as partes.

XII – DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula 30ª. Os serviços serão fiscalizados pelo Responsável nomeado pelo **CREENCIANTE**.

Parágrafo Único. O Responsável nomeado pelo **CREENCIANTE** anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

XIII – DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO OU DESCREDENCIAMENTO.

Cláusula 31ª. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento administrativo;

Cláusula 32ª. Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couberem, as hipóteses previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93;



Cláusula 33ª. A rescisão contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas no artigo 79 da Lei 8.666/93 e suas alterações;

Cláusula 34ª. Ocorrerá o descredenciamento quando:

- a) Por algum motivo a **CREENCIADA** deixar de atender as condições estabelecidas neste contrato administrativo de prestação de serviços e no edital de credenciamento;
- b) Na recusa injustificada da **CREENCIADA** em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, implicando em seu imediato descredenciamento e na imediata suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de 03 (três) meses;
- c) Ao **CREENCIANTE** fica assegurado o direito de no interesse do Município, revogar ou anular o presente processo de credenciamento, sem que caibam aos licitantes quaisquer direitos a reclamações ou indenizações;
- d) Por qualquer motivo o contrato entre a **CREENCIADA** e **CREENCIANTE** for rescindido.

XIV – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

Cláusula 35ª. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação dos serviços, por parte da **CREENCIADA**, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do mensal do contrato, para cada notificação expressamente formalizada, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis.

Cláusula 36ª. A aplicação da multa prevista na cláusula anterior poderá ocorrer somente 3 (três) vezes, sendo que a próxima notificação ensejará a obrigatória rescisão contratual e aplicação das demais sanções legais.

Cláusula 37ª. A multa prevista na Cláusula 37ª será recolhida no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da decisão administrativa que as tenha aplicado, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

Parágrafo único. Os valores das multas serão fixados em real e convertidos pelo IPCA na data de sua liquidação.

Cláusula 38ª. As penalidades previstas neste contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do representante do **CREENCIANTE**, se entender as justificativas apresentadas pela **CREENCIADA** como relevantes.

Cláusula 39. No caso do **CREENCIANTE** vir a ser condenada a pagar algum direito referente aos funcionários e/ou impostos devidos pela **CREENCIADA**, ou qualquer outro valor referente ao presente instrumento, terá a primeira o direito a ação de regresso contra a segunda, obrigando-se está a devolver todos os valores desembolsados pelo **CREENCIANTE**, devidamente corrigidos.

Cláusula 40ª. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado O **CREENCIANTE** poderá, garantida a prévia defesa da **CREENCIADA**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste contrato juntamente com as seguintes sanções:

- a) Advertência;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANELINHA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA**

- b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir à Administração os prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

XV – DAS COMUNICAÇÕES

Cláusula 41ª. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente Contrato, serão sempre feitas por escrito.

XVI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 42ª. As despesas com a execução deste contrato correrão a contas das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento das respectivas unidades gestoras.

09.01. 10.302.0025 2.023.3.3.90.39.50.00

XVII – DO FORO

Cláusula 43ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Contrato, as partes elegem o foro da comarca de Tijucas - SC.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em quatro vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Canelinha (SC), xx de xxxxxxxxxxxx de 2019.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário (a) Municipal de xxxxxxxxxxxx
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

Testemunhas: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CPF: xxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: xxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Assessor Jurídico do Município de Canelinha
OAB/SC xxxxxxxxxxxxxxxx